

Quais elementos aumentam a probabilidade de sucesso do ativismo digital?

Um encontro do Ciberativismo com a Estatística

Natasha Bachini Pereira (IESP-UERJ)¹

Resumo: Esse artigo consiste em um estudo exploratório do banco de dados *Global Digital Activism Data Set*, criado de modo colaborativo por iniciativa pesquisadores da Universidade de Washington, que contempla casos de ativismo digital registrados de 1982 a 2012. Tendo em vista as fronteiras cada vez mais tênues estabelecidas entre as Teorias dos Movimentos Sociais e as Teorias Ciberativistas, nos propomos, por meio do modelo estatístico Logit binomial, a comparar as variáveis apresentadas por esses arcabouços com o objetivo de verificar quais são aquelas que mais contribuem para predizer o sucesso desse tipo de ação. Os resultados revelam que as variáveis que mais nos ajudem a predizer a probabilidade de sucesso da ação coletiva digital, são a ação ser on e off-line, contar com recursos, ter alcance nacional, ter como causa o midiativismo e dirigir-se contra grupos informais.

Palavras-chave: teorias dos movimentos sociais, teorias ciberativistas, ativismo digital, Logit Binomial.

Introdução

A difusão das chamadas “novas” tecnologias de informação a partir dos anos 1990, deu origem e foi originada por uma mudança estrutural que é denominada pela literatura como sociedade da informação (HABERMAS, 1981; MELLUCCI, 1996), sociedade em rede (CASTELLS, 1990), sociedade global (1994) ou modernidade líquida (BAUMAN, 2003). Todas essas conceituações tratam de um tipo de organização social no qual as relações são mediadas por intensos fluxos de informação decorrentes do constante uso das

¹ Natasha Bachini Pereira é doutoranda em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Atua como pesquisadora no NETSAL (Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina). Natasha também é mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde atua como pesquisadora do NEAMP (Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política).

tecnologias digitais e comprimem espaço e tempo.

Esse movimento societário teve diversos desdobramentos, que se estendem da esfera privada à esfera pública, e por muitas vezes, tornam difícil delinear os limites entre uma e outra, visto que sua consolidação provocou uma reformulação da identidade dos sujeitos, que passa pela necessidade de estar sempre conectado, e geralmente, exposto na rede.

Dentre as diferentes formas de apropriação da rede e das relações estabelecidas a partir dela, observou-se a emergência de uma nova forma de ativismo político, o ativismo digital ou ciberativismo.

O ciberativismo é definido, também como a própria denominação sugere, pelo uso da internet e dispositivos digitais na ação coletiva. Esse contempla diversos matizes de movimentos, desde aqueles com uma organização mais formal, que se utilizam da rede apenas enquanto mais um recurso de comunicação e mobilização, denominado como ativismo computadorizado (WRAY, 1998; MONTERDE E TORET, 2014) passando por aqueles que surgem a partir da internet e a instrumentalizam para produzir informação contra hegemônica, os chamados midiativistas/ midialivristas, até aqueles que possuem profundos conhecimentos dessas tecnologias, para os quais a rede se configura como a principal ferramenta de combate ao sistema capitalista, os hackativistas. (MATTONI, 2013)

Nas últimas décadas foram desenvolvidas uma série de pesquisas a respeito dessas transformações no ativismo contemporâneo, especialmente após 2008, quando eclodiram uma série de protestos em diferentes países cujo principal instrumento de articulação foi a rede. Ao nos depararmos com esse material, observamos ao menos duas tendências: 1) o uso de big data nas análises, que comumente se configuram enquanto estudos de caso e se baseiam na descrição estatística dos dados; 2) a adoção de métodos qualitativos para a compreensão desse fenômeno, como a entrevista semiestruturada, a observação participante ou a análise documental, o que dificulta formular generalizações mais consistentes a seu respeito.

Salvo exceções como o trabalho de Charles Tilly (1973), essa prática reflete a tendência metodológica predominante no campo de estudos de ação coletiva. A dificuldade de coletar dados de movimentos sociais de diferentes localidades e ao longo do tempo somada a preocupação ética dos pesquisadores em não expor os militantes e suas estratégias sempre foram apontadas pelos pesquisadores como as principais justificativas para esse comportamento.

Todavia, recentemente, em 2012, um empreendimento coletivo do United States Institute of Peace (USIP), da MacArthur Foundation's Network on Youth & Participatory

Politics e da University of Washington, criou o projeto *The Global Digital Activism Data Set (GDADS)*, que tem como objetivo reunir dados quantitativos acerca do ativismo digital no mundo.

Com base nesse banco de dados, que apresenta 1180 casos de ativismo digital observados de 1982 a 2012 em 151 países e territórios dependentes, nos propomos a investigar quais são os fatores que contribuem para o sucesso da ação política digital.

A partir do uso do modelo Logit binomial, buscaremos entre as variáveis explicativas indicadas pela literatura de movimentos sociais e do ciberativismo, quais são aquelas que aumentam a predição do sucesso de uma ação digital (variável dependente), e observar, qual arcabouço teórico melhor auxilia na compreensão desse fenômeno.

Revisão da Literatura

As correntes teóricas frequentemente reivindicadas no estudo do ativismo digital são as teorias pós-materialistas, que oferece instrumentos para a análise de fenômenos culturais, as teorias de rede, que permitem uma explicação a partir da configuração técnica da internet, e as teorias ciberativistas, que de alguma maneira, misturam elementos das duas teorias anteriores.

Com o objetivo de justificar a escolha das variáveis e dos modelos que construímos a partir delas, recuperaremos brevemente esse debate.

De acordo com Breno Bringel e José Maurício Domingues (2012 e 2015), os giros analíticos no campo de estudos da ação coletiva acompanham as transformações societárias.

A partir da década de 1960, com a crise do fordismo e a configuração da sociedade pós-industrial, o caráter mais cultural do que propriamente estrutural dos movimentos emergentes (ambientalista, pacifista, feminista, estudantil, negro), levou os pesquisadores a elaborações que tensionavam outros conceitos ao invés do de classe, resultando no primeiro giro analítico do campo.

As análises sobre os chamados movimentos “identitários” ou pós-materialistas (INGLEHART, 2009) em um primeiro momento partiam de conceitos como organizações, os recursos e escolha racional. Segundo a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR), a ação coletiva não é fruto de emoções ou do conflito de classes, mas um ato de deliberação racional, no qual o indivíduo calcula os benefícios e os custos de sua ação. Agir é considerado mais benéfico do que custoso quando há a combinação de recursos materiais (financeiros e infraestrutura) e humanos (ativistas e apoiadores). Exemplos desse tipo de

combinação são as associações que fornecem a base organizacional para os movimentos sociais. (OLSON, 1999; MCCARTHY e ZALD, 1977).

No entanto, logo alguns pesquisadores perceberam que essas ferramentas analíticas não auxiliavam na compreensão do porquê surgiam esses novos movimentos. Nas palavras de Melluci, “o que antes era considerado um ponto de referência (a existência do movimento) necessitava ser explicado”. (2004; p.45 – tradução nossa)

Essa questão fez com que as análises fossem redimensionadas a partir do conceito de identidade. Assim, a partir dos anos 1980 na Europa, passou a se organizar a corrente conhecida como a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

O principal avanço da literatura nesse período é a percepção de que as identidades coletivas não estão dadas pela condição estrutural, mas se configuram enquanto processos, envolvendo o trabalho dos sujeitos constituintes dos movimentos em criá-las, sustentá-las e transformá-las.

O primeiro autor a se debruçar sobre o conceito foi Alain Touraine. Em sua crítica ao funcionalismo estrutural e ao marxismo, o autor propôs a substituição do termo consciência de classe por identidade coletiva, porém, sem desconsiderar os elementos importantes da corrente anterior.

Touraine postulou a tríade de condições para a existência de um movimento “I-O-T”, na qual “I” é a identidade do próprio movimento, “O” é a identidade de seus adversários e o “T” representa a totalidade ou as apostas da luta. Ao ponderar a importância da definição da fronteira entre nós e eles no conflito, Touraine oferece uma de suas principais contribuições a literatura quando argumenta que essa não fronteira pode ser explicada exclusivamente à luz das relações estruturais e do contraste de interesses que essas implicam, visto que a própria ação coletiva pode também estimular sentimentos de pertença, solidariedade e empoderamento entre os indivíduos. (TOURAINÉ, 1981 apud MELLUCI, 2003).

A TNMS inovou ao problematizar a intersecção entre o envolvimento coletivo e engajamento pessoal que caracteriza a ação coletiva. Essa aponta que, por um lado, o ingresso em movimentos sociais muitas vezes se reflete em mudanças significativas na história pessoal dos sujeitos. Empoderamento e elevação de autoestima são sentimentos comuns entre os militantes; de outro, os movimentos se constituem dos consensos entre os anseios e as expectativas de cada um indivíduo. (MELLUCI, 2006)

Porém, quem se tornou a principal referência nesse debate foi seu discípulo, Alberto Melucci. Com o intuito de superar o dualismo estabelecido na literatura entre estrutura e agência, Melucci propõem uma definição de ação coletiva, que praticamente se confunde

com a de identidade coletiva:

“A ação coletiva é o resultado de propósitos, recursos e limites, como uma orientação intencional construída por meio de relações sociais dentro um sistema de oportunidades e constrangimentos. Por conseguinte, não pode ser considerado ou o simples efeito de pré-condições estruturais ou a expressão de valores e crenças”.(MELUCCI, 2003; p. 43 – tradução nossa)

“As identidades coletivas são um processo mediante o qual os atores produzem as estruturas cognitivas comuns que os permitem valorizar o ambiente e calcular os custos e benefícios da ação; as definições que se formulam são, por um lado, o resultado das interações negociadas e das relações de influência e, por outro, o fruto do reconhecimento emocional. Nesse sentido, a ação coletiva nunca é inteiramente negociável. Alguns elementos da participação na ação coletiva estão dotados de significado, porém não podem ser reduzidos a racionalidade instrumental (não são irracionais, nem estão baseados em uma lógica de cálculo).” (MELUCCI, 1999, p. 31-tradução nossa).

A perspectiva processual adotada por Melucci permite uma compreensão dos movimentos sociais mais próxima a etimologia do termo movimento, enquanto uma coletividade plural em que atores interagem e negociam entre si e o ambiente externo continuamente, desreificando a concepção de movimento social enquanto organização homogênea e fixa.

A relevância das análises sócio construtivistas rapidamente foi reconhecida por outros estudiosos da área, que mesmo não tendo como foco a dimensão cultural, adicionaram a identidade coletiva ao seu kit de ferramentas conceituais em busca de entender melhor os processos interacionais e fatores ideacionais que passam pela dimensão simbólica. Nesse grupo se incluem os pesquisadores da estrutura de oportunidades políticas dos Unidos, como Doug McAdam, Sidney Tarrow, e Charles Tilly (2001), e as antologias editadas por Klandermans e Tarrow (1988) e Morris e Mueller (1992). (MELLUCI, 2003; MELLUCI, 2006)

A perspectiva cultural é de suma importância à análise dos movimentos societários.

Ao mesmo tempo em que os movimentos sociais são uma expressão do que está culturalmente determinado, indicam possíveis mudanças nesse âmbito. Do mesmo modo, muitas vezes, a forma como os atores se identificam e identificam os outros atores é uma resposta (afirmativa ou negativa) ao *status quo*.

De acordo com Hank Johnston e Bert Klandermans,

“A cultura dominante está repleta de lacunas, inconsistências e contradições. A partir destas questões brotam símbolos alternativos, valores, idiomas e quadros que podem ser as sementes de desafio e mobilização”. (2004; p. 5 – tradução nossa)

Nesses termos, essa perspectiva tem sido fundamental a compreensão dos fenômenos oriundos e originários do processo de globalização, como a heterogeneidade, o ativismo digital e as identidades multirreferenciais, caracterizando o terceiro giro analítico da literatura de ação coletiva.

A gradual incorporação da internet e das mídias sociais ao cotidiano das pessoas, que passaram a ter suas relações fundamentalmente mediadas por elas possibilitou processos de identificação para além de territórios e posições demográficas. A conexão em rede *full time* tornou possível compartilhar orientações, valores, atitudes, visões de mundo, estilos de vida e experiências, sem a necessidade da interação face-a-face ou do pertencimento estrutural. (MELUCCI, 2003; JOHNSTON e KLANDERMANS, 2004; MELLUCI, 2006)

Isso permitiu aos indivíduos sentirem-se próximos de vários tipos de coletividades ao mesmo tempo, favorecendo ainda mais a solidarização com diversos movimentos cujas reivindicações dialogassem com a sua subjetividade. Esse processo foi denominado por parte da literatura como diferenciação e segmentação do self. (MELUCCI, 2006; MCGARRY e JASPER, 2015)

Ao mesmo tempo, elementos característicos da cibercultura, como a ótica planetária da rede e do seu caráter viral, a emancipação comunicacional, a ação descentralizada, as práticas colaborativas de inteligência coletiva (LÉVY, 1999), o compartilhamento, a transparência, a abertura dos códigos-fonte e a remixagem (LEMOS, 2014) difundiram-se enquanto novos valores, recursos e repertórios de ação, que deram origem ao chamado ativismo digital ou ciberativismo.

Em um primeiro momento, esses movimentos assim como os movimentos transnacionais foram denominados como “novíssimos”, de modo a diferenciá-los *pero no*

mucho dos movimentos do período anterior. (GOHN, 2011)

Embora a literatura diagnosticasse a produção de solidariedade na rede com e entre os “novíssimos” movimentos, o enfoque das análises sociológicas comumente se dava a partir da leitura das TICs enquanto um recurso organizacional ou um repertório de ação, deixando a dimensão simbólica da ação coletiva em segundo plano. Assim, muitos autores inicialmente recorreram ao conceito de rede e de sociedade civil nas pesquisas sobre o ativismo até meados de 2010.

O caso que inaugurou a literatura acerca dos movimentos transnacionais e do ciberativismo foram as revoltas Zapatistas em 1994 no México, nas quais o uso da internet foi considerada uma nova forma de resistência. (CASTELLS, 1999; WOLFSON, 2012 apud ALCÂNTARA, 2015)

No entanto, o primeiro grupo a se auto referenciar como ciberativista foi o Electronic Disturbance Theater, que ocupou o site do governo mexicano (sit-ins) em solidariedade aos zapatistas, utilizando para tanto o seu software, o FloodNet. A partir de então, observaram-se inúmeras manifestações desse tipo de desobediência civil na rede. (WREY, 1998)

Esse episódio, conhecido como projeto SWARM, fora investigado por dois pesquisadores militares do RAND, órgão estadunidense, John Arquilla e David Ronfeldt, que cunharam os termos social netwar (guerra em rede) e swarming (redes de enxame) para caracterizá-lo. O primeiro termo se refere aos conflitos cibernéticos assimétricos entre os movimentos e os Estados. O segundo se define como uma forma de ação dispersa e estruturada em rede composta por pequenos grupos, que assim como um enxame de abelhas, ataca e se retira rapidamente do alvo. (ALCÂNTARA, 2015).

Posteriormente, o aprimoramento e difusão de redes como PeaceNet, que propiciava a comunicação via e-mail e sites Gopher entre militantes, possibilitou a articulação entre ativistas de diversas partes do mundo, o que propiciou, entre outras coisas, a prática da infoguerra, na qual a internet é utilizada para incitar a ação em escala global (WREY, 1998).

Dentre as manifestações da infoguerra, se destaca a Batalha de Seattle, ocorrida em 1999. Mediante a reunião da Organização Mundial do Comércio, manifestantes do mundo todo protestaram contra a expansão neoliberal e a teoria de que “there is no alternative” de Thatcher, que se difundia após a queda do muro de Berlim. A cobertura midiática desse evento marcou a emergência do movimento antiglobalização ou altermundista enquanto um ator mundial. (BRINGEL e ECHART, 2010)

O movimento antiglobalização foi o primeiro registrado pela literatura como constituído por identidades múltiplas ou multirreferenciais. Esses manifestantes chamaram a atenção exatamente pela recusa a elaborar uma identidade própria ou estabelecer

relações hierárquicas no movimento. Embora reconhecessem as discriminações estruturais e se esforçassem para limitá-las, os altermundistas negavam -se a agir sob bandeiras ou escolher representantes. Essa postura dos manifestantes fez com que esse tipo de identidade se tornasse mais frequente e tolerada, sendo observada também no último ciclo de protestos, onde esse processo se tornou mais evidente. (MAECKELLBERGH, 2009 apud MCGARRY e JASPER, 2015)

Grande parte dos estudos da área aponta também o movimento antiglobalização como fundador do midiativismo por ter criado a Indymedia, uma plataforma de comunicação digital autônoma e glocal, ou seja, cuja proposta era pensar globalmente e agir localmente, pois a maioria dos conflitos locais são oriundos do processo de globalização neoliberal. (BRINGEL e ECHART, 2010)

Outro desdobramento importante desse movimento foi o Fórum Social Mundial, cuja primeira edição ocorreu no ano de 2001 em Porto Alegre. O Fórum é um espaço de debates e articulação de propostas dos movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se reúnem anualmente para discutir estratégias de enfrentamento dos impactos das políticas neoliberais sofridos pela população global.

Alguns anos depois, com a invenção da Web 2.0, a propagação da rede sem fio e a consequente popularização do acesso por dispositivos móveis, o potencial comunicativo da rede foi aumentado, facilitando os ataques em swarming. Assim, sucederam-se diversos eventos de protestos que se utilizaram especialmente da conexão via celulares para se organizarem, como as manifestações contra o presidente das Filipinas, Joseph Estrada, em 2001, que resultaram em seu afastamento do cargo, o 13M (noite dos celulares) em Madrid no ano de 2004 e as revoltas urbanas na França em 2005.

David de Ugarte (2008) sugeriu para a análise desses eventos que iniciam sua organização nas redes e se transferem para as ruas como cibertubas. No entanto, o conceito que ganhou maior notoriedade para designar o fenômeno foi smart mob (multidões inteligentes), cunhado por Howard Rheingold (2002). Rheingold o desenvolveu inspirado na aceção de flash mobs, que são encontros coletivos organizados entre estranhos pela internet.

O autor destaca que o sucesso dos smart mobs é oriundo da adesão ao lema do “faça você mesmo” disseminado pela cultura hacker e da crença na promessa de empoderamento via rede, que leva uma série de desconhecidos a se identificarem e reunirem.

Contudo a maior expressão de como a comunicação em rede (ou a prática) poderia converter-se em solidariedade, identificação e empoderamento foi vista a partir de 2008,

com a emergência do último ciclo de protestos. A proliferação de movimentos e a conexão entre eles observada chamou a atenção de pesquisadores do mundo todo, que passaram a se questionar sobre o que levava milhões às ruas e o que esse fenômeno representava.

Em termos (geo)políticos, alguns elementos chamaram a atenção diante de ciclos prévios de contestação que também tinham uma projeção global: a rápida difusão dos protestos dentro e fora das fronteiras nacionais; seu caráter massivo e altamente heterogêneo em termos de composição de classe, de bandeiras e motivações para a ação; a ausência de mediação dos atores políticos tradicionais, facilitada em boa medida pelo uso das mídias sociais e dos dispositivos digitais; o descrédito com os partidos, as instituições e tudo aquilo que foi representado coletivamente pelos manifestantes como sinônimo da “velha política”; um maior protagonismo dos indivíduos nas manifestações; a “indignação” generalizada em diferentes partes das sociedades e não somente em movimentos sociais e atores que, antes dos ciclos, estavam habituados a fazer parte do jogo político.

No plano geoeconômico, todos esses eventos de confronto têm como pano de fundo a recessão da economia global, iniciada com o estouro da bolha imobiliária dos Estados Unidos (EUA) em 2008, que afetou de diferentes maneiras as economias nacionais. Como a economia estadunidense desempenha um papel medular no capitalismo global, os efeitos de sua crise foram sentidos por todo o mundo. Nos países centrais, a crescente desigualdade na distribuição da renda (“we are the 99%”) e as resistências ao deterioro das condições de vida, dos serviços públicos, da qualidade do trabalho foram alguns das principais motivações estruturais para as mobilizações. Conquanto algumas destas dimensões também sirvam para os países periféricos, nestes também houve uma interpelação direta que era não apenas reativa (perda de direitos conquistados historicamente), mas também proativa (reconhecimento de novos direitos ou implementação daqueles reconhecidos, mas não efetivados).

Organizando-se e mobilizando-se fundamentalmente pelas e através das mídias sociais, esses movimentos adotaram diversos repertórios de confronto: passeatas, ocupações de prédios institucionais, acampamentos, pannels e sentações. As praças foram importantes espaços de confluência e a repressão policial serviu em vários casos como o estopim que permitiu expandir as mobilizações. Agitaram de modo profundo suas sociedades com consequências diversas e imprevistas.

Emiliano Treré e Paulo Gerbaudo argumentam que “as mídias sociais tornaram-se o local chave onde as identidades de protesto são criadas, canalizadas, e contestadas”, de modo que para entendê-los em sua totalidade, a análise do seu aspecto simbólico se faz

fundamental.

Os autores criticam a forma como os estudos do campo vêm adotando uma perspectiva instrumental do uso das mídias e negligenciando a importância da construção de identidade coletiva no ativismo contemporâneo. Para Treré e Gerbaudo, “a noção de redes tem sido utilizada como uma maneira de explicar a ordem interna e a coerência dos movimentos sociais, tal como uma alternativa para a noção de identidade”. (TRERÉ e GERBAUDO, 2015, p.867-tradução nossa)

A maior expressão dessa linha de pensamento é a oposição estabelecida por Bennett e Segerberg (2012, 2013) entre teoria da ação coletiva e teoria da ação conectiva. Ao afirmarem que a segunda, caracterizada pelo engajamento se torna altamente flexível e personalizado, está progressivamente se sobrepondo a primeira, defendem que nos protestos contemporâneos vai se perdendo a necessidade de uma construção simbólica e identitária, de modo que esse recurso analítico se torna irrelevante.

Todavia os autores observam que esse tipo de argumento é falho por “desconsiderar o fato de que as redes pessoais não são substitutivas, mas complementares a identidade coletiva”. Nesse sentido, Treré e Gerbaudo retomam a noção de *catnet* de Charles Tilly (1978) que destaca a presença de laços de rede e a presença de um sentimento de pertencimento a uma determinada categoria de pessoas (tais como trabalhadores, mulheres, estudantes, cidadãos, etc) como decisivos para a realização dos eventos de protesto. (TRERÉ e GERBAUDO, 2015, p.867 - tradução nossa)

Nessa linha, Treré e Gerbaudo tiveram uma iniciativa pioneira e organizaram o dossiê *Social medias and protest identities* (2015), visando preencher essa lacuna e buscando contribuir para a compreensão das mudanças “no conteúdo e na gramática da identidade dos protestos na relação entre as formas pessoais e coletivas de identificação, e nas suas múltiplas formas de circulação” oriundas das diferentes práticas de mídia social (TRERÉ e GERBAUDO, 2015, p. 865-tradução nossa)

Na introdução desse número, os organizadores, com base na concepção de Melluci, elencam uma série de manifestações de identidade coletiva do ciclo de protestos iniciado em 2011 oriundos da narrativa digital: o meme do Anonymous usando a máscara de Guy Fawkes, a hashtag # WeAreThe99Percent lançada pelo movimento Occupy Wall Street, as imagens da senhora de vestido vermelho recebendo um spray de pimenta no rosto no Gezi Park, as discussões de ativistas via Whatsapp, etc.

Segundo Treré e Gerbaudo,

“As plataformas de mídia social têm desempenhado um papel central

no processo de construção da identidade. Eles têm sido os locais onde foram lançados novos nomes coletivos, ícones e slogans, e onde uma nova iconografia e léxica foi obtido, que tem fortemente contribuído para o surgimento de atores coletivos como Occupy Wall Street, a Primavera Árabe, e os Indignados”. (TRERÉ e GERBAUDO, 2015, p.2 - tradução nossa)

A partir dos trabalhos que constituem o volume, os autores observam que as redes têm contribuído para “esbater as fronteiras entre o interior e o exterior dos movimentos de uma forma conveniente aos seus valores de inclusão e participação direta” (KAVADA, 2015 apud TRERÉ E GERBAUDO, 2015); para a formação de uma nuvem de protesto (MILAN, 2015 apud TRERÉ E GERBAUDO, 2015) na qual “a política de identidade torna-se inevitavelmente imbricada com uma política de visibilidade”, para o encontro, por parte dos manifestantes de zonas de conforto digitais “que os ajudaram a reduzir os custos de ativismo e reforçar a sua solidariedade interna por meio de práticas de ativismo lúdico” (TRERÉ E GERBAUDO, 2015); para a construção de uma identidade multitudinária (MONTERDE et al, 2015), caracterizada por alto grau de coesão distribuída, pela participação transversal, e por polos adaptativos transitórios de referência (uma forma não-representacional de liderança temporalmente distribuída impulsionada por iniciativas de ação).

Objetivos e Metodologia

Conforme exposto na introdução desse trabalho, nosso objetivo nesse artigo é explorar o banco de dados do projeto *The Global Digital Activism Data Set*, e se possível, inferir, por meio da aplicação do modelo estatístico Logit binomial, quais são as variáveis apresentadas pelos diferentes arcabouços teóricos que mais contribuem para prever o sucesso da ação coletiva digital, nossa variável dependente (*Outcome*). Segundo codebook disponibilizado pelos pesquisadores de Washington, foi considerada bem-sucedida toda a ação que atingiu seu objetivo inicial.

O modelo Logit Binomial é indicado quando se trabalha com variáveis dependentes categóricas do tipo *dummy* (binárias) e o interesse reside, principalmente, na probabilidade de resposta. Essa probabilidade é calculada a partir da exponenciação dos coeficientes obtidos pelo modelo, que é apresentada como forma logarítmica da razão de chance. Nesse modelo, a significância das variáveis independentes para a estimação da probabilidade de

sucesso da variável dependente é indicada pelo *p-valor*, que apresenta uma correlação inversa a força da associação entre as variáveis. Em outras palavras, quanto menor for esse índice, provavelmente maior é a associação entre as variáveis. (WOOLDRIDGE, 2010).

Originalmente, o banco de dados contava com 1179 observações de ativismo digital em 151 países e territórios dependentes. O codebook do projeto indica que as ações incluídas no banco deveriam atender, ao menos, um dos três critérios: 1) ser uma campanha de ativismo que tivesse pelo menos uma tática digital; ou 2) uma instância de discurso on-line no qual os cidadãos usando tecnologias digitais tentam alcançar uma mudança social ou política. Além disso, para ser incluída no conjunto de dados, era necessário também 3) ser descrita por uma fonte terceira confiável.

No entanto, ao verificarmos uma grande quantidade de dados perdidos (*missing data*), os eliminamos do banco com o objetivo de aumentar o poder de predição de nossos modelos, até alcançarmos, após vários testes, os de melhor ajuste, que nos ajudem a compreender o fenômeno observado. Dessa maneira, nosso banco ficou, ao final, com 621 observações.

De início, decidimos elaborar dois modelos com base nos subníveis das categorias (indicados em anexo) que são mais frequentes nas observações do banco (obtidos pelo cálculo da moda). Dividimos as categorias em dois blocos, o primeiro representando o arcabouço das Teorias de Movimentos Sociais que emergiram a partir dos anos 1960, conhecidas também como Teorias pós-materialistas (TMR, TNMS e TOP), e o segundo reunindo as principais variáveis apontadas pelas Teorias ciberativistas (Teoria das redes, Teoria do poder da comunicação e Teoria da inteligência coletiva).

Desse modo, no modelo 1 mobilizamos as seguintes variáveis: *Iniact* (qual tipo de ator que inicia a ação), *Cause* (a causa do conflito), *Targact* (contra qual tipo de ator se dirige a ação), *Nvtype* (qual é o grau de emprego de violência da ação), *Transpurp* (se há arrecadação de recursos para a ação), *Scope* (alcance da ação) e *Duration* (duração da ação). No modelo 2, mobilizamos outras variáveis: *App* (se ação utiliza um ou mais aplicativos), *Onoff* (se a ação é on e off-line), *Bypurp* (quando a ação supera/ ultrapassa a censura do governo), *Copurp* (quando a ação tem caráter colaborativo), *Mobpurp* (quando a ação convoca às ruas), *Broadpurp* (quando o objetivo da ação é o compartilhamento), *Netpurp* (quando a ação objetiva a expansão de redes) e *Violpurp* (quando a ação incita à violência).

Tendo em vista uma aplicação do modelo mais eficiente, algumas variáveis, como *Nvtype* e *Cause*, foram recodificadas a partir do agrupamento de categorias próximas.

Especificamente em Cause, nos inspiramos na tipologia desenvolvida por pesquisa em andamento do NETSAL (Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina do IESP-UERJ), iniciada em 2015.

Resultados

Na tabela 1, temos os resultados desses dois modelos. Foram destacados em verde os estimadores que apresentam maior associação com a probabilidade de sucesso (ou fracasso) dos eventos. O modelo 1 indica que na maioria dos casos registrados, as ações são iniciadas por redes, cuja causa são conflitos no sistema político, se dirigem contra os governos, propõem uma intervenção pacífica, não contaram com arrecadação de recursos, são de alcance nacional e ainda não tinham sua duração concluída no momento da coleta. No entanto, quando exponenciamos os coeficientes do modelo estatístico (dado em escala logarítmica) observamos que, nenhuma delas sozinha é significativa para o aumento da probabilidade de sucesso de uma ação digital. Ao contrário, as variáveis mais relevantes diminuem a chance de sucesso da ação em 49% quando o adversário é o governo, e em 48% quando a intervenção é pacífica.

O modelo 2 informa que na maioria dos casos, foram usados mais de um aplicativo na ação, essas foram, ao mesmo tempo, on e off-line, convocaram as pessoas às ruas, eram compartilhadas, mas não objetivavam superar a censura e expandir as redes, nem tinham caráter colaborativo ou incitavam à violência. Contudo, a única característica que parece de fato estar associada positivamente ao sucesso dos eventos é a ação ser on e off-line, visto que a cada uma unidade aumentada nesse âmbito, contribui para a probabilidade de sucesso da ação em 44% (porcentagem obtida após a exponenciação do coeficiente). No âmbito da associação negativa, se destaca estranha, porém fracamente, a variável “convocação às ruas”, na qual uma unidade aumentada, diminui em 29% a probabilidade de sucesso da ação.

No que tange a probabilidade de sucesso dos eventos que reúnam todas características elencadas nos modelos obtidos pela aplicação da moda, no primeiro modelo ela é de 71% e no segundo de 90%. Como nossa variável dependente é uma *dummy*, como ambas as porcentagens ultrapassam os 50%, podem ser consideradas como indicativas de sucesso das ações nos dois casos. No entanto, de acordo com o AIC (Critério de Informação de Akaike), o modelo 1 deve nos auxiliar mais na predição dos eventos que o modelo 2, visto que seu AIC é menor do que o do segundo modelo, e portanto, esse deve se aproximar um pouco mais da realidade.

Tabela 1: Tipos Ideais

Dependent variable:		
Sucesso da Ação coletiva Digital = 1		
	(1)	(2)
iniact2	-0.238 (0.183)	
cause1	0.227 (0.187)	
targact2	-0.669*** (0.193)	
nvtype1	-0.638*** (0.244)	
transpurp	0.370 (0.241)	
scope2	0.289 (0.182)	
duration66	0.030 (0.197)	
app2		-0.041 (0.233)
onoff2		0.367** (0.187)
nbypurp		0.069 (0.263)
ncopurp		-0.150 (0.215)
mobpurp		-0.335* (0.196)
brodpurp		-0.043 (0.274)
nnetpurp		0.138

		(0.195)
nviolpurp		0.339 (0.397)
Constant	1.445*** (0.269)	0.573 (0.532)

Observations	621	621
Log Likelihood	-365.378	-377.916
Akaike Inf. Crit.	746.755	773.833
=====		
Note:	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01	

Fonte: Autora, 2016.

Após testarmos diversos modelos a partir das variáveis mencionadas, buscando aqueles que melhor se ajustassem aos pressupostos teóricos, chegamos aos modelos 3 e 4 da Tabela 2.

O modelo 3 apresenta as variáveis mais significativas para a compreensão do sucesso da ação coletiva digital segundo as teorias pós-materialistas. O modelo 4 elenca as variáveis mais importantes para a compreensão do fenômeno de acordo com as teorias ciberativistas.

Com base no modelo 3, podemos afirmar que a causa da ação ser a mediação digital do conflito^{*2} está associada positivamente ao seu sucesso assim como seu adversário ser um grupo informal. A presença dessas características aumenta a probabilidade de sucesso do evento em 339% no primeiro caso e em 121% no segundo caso, se comparadas as categorias de referências omitidas (respectivamente a redistribuição de recursos e o governo). Ainda sobre o modelo 3, a cada uma unidade aumentada na arrecadação de recursos, a probabilidade de sucesso do evento digital aumenta em 51% e o alcance da ação ser local, diminui sua chance de sucesso se comparada a ação nacional em 52%.

A partir do modelo 4, mais uma vez o fato de a ação ser concomitantemente on e off-line aparece associado positivamente ao sucesso das ações digitais, e, por outro lado, convocar às ruas, negativamente. No primeiro caso, a ação ter essa característica aumenta em 45% a chance de sucesso da ação, e no segundo, diminui em 44% a sua chance de sucesso.

² Essa categoria responde por atores que mesmo podendo ser parte das lutas e conflitos sociais, cumprem uma função de mediação e de apoio a outros atores. Se enquadram nessa categoria iniciativas como a Mídia Ninja, que produz informação própria e realiza a mediação entre os manifestantes e a opinião pública (NETSAL, 2015).

Ao compararmos o AIC dos modelos, observamos que o modelo 3 (745) está melhor ajustado do que o modelo 4 (766).

Tabela 2: Comparando os melhores modelos obtidos		
Dependent variable:		
Sucesso da Ação coletiva Digital = 1		
	(3)	(4)
cause1	0.169 (0.246)	
cause3	-0.369 (0.287)	
cause4	-0.125 (0.405)	
cause5	1.481** (0.647)	
cause6	0.163 (0.618)	
targact1	0.429 (0.446)	
targact3	0.334 (0.322)	
targact4	0.794*** (0.230)	
targact5	0.620 (0.482)	
nvtype0	0.411 (0.926)	
nvtype1	-0.131 (0.890)	
nvtype55	0.652 (0.989)	
app2	-0.087	

	(0.232)	
onoff2		0.378** (0.186)
mobpurp1		-0.401** (0.199)
netpurp1		-0.062 (0.182)
transpurp1	0.417* (0.245)	0.386 (0.241)
scope1	-0.723** (0.283)	
scope4	-0.078 (0.207)	
Constant	0.476 (0.907)	0.916*** (0.235)

Observations	621	621
Log Likelihood	-356.830	-377.277
Akaike Inf. Crit.	745.660	766.553
=====		
Note:	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01	

Fonte: Autora, 2016.

Considerações Finais

A partir desse estudo exploratório, confirmamos algumas tendências registradas pela literatura da ação coletiva e pela história de modo mais amplo. Em primeiro lugar, temos que quanto mais forte o adversário, mais difícil se é alcançar o sucesso no ativismo. O banco de dados mostra como quando o adversário da ação é o Estado e nela se instrumentaliza a violência, a chance de sucesso da ação diminui. Por isso, as transformações sociais se constituem enquanto processos, embora muitas vezes, os pesquisadores, dominados pelo otimismo, sobreponham as conquistas dos processos aos resultados das ações coletivas em si.

Por outro lado, se a desigualdade de recursos na luta contra esse forte ator dificulta o sucesso da ação de início, o alcance dessa ser nacional ou internacional e a visibilidade proporcionada pelo virtual se apresentam como variáveis que aumentam essa

probabilidade, corroborando com as teorias que ressaltam a importância das redes na atual conformação dos movimentos sociais. Todavia, as potencialidades dos recursos digitais, como as práticas colaborativas e a expansão de redes, parecem ainda não ter se realizado plenamente, visto os poucos casos registrados pelo banco nos quais essas práticas foram bem-sucedidas.

Por fim, mas não menos relevante, destaca-se a o importante papel cumprido pelo midiativismo, um tipo de ativismo próprio da contemporaneidade que transforma as dinâmicas do confronto político.

Contudo, seguiremos na investigação do banco com o objetivo de trabalhar outras variáveis que não foram contempladas nesse trabalho e encontrar respostas para perguntas como: por que a convocação às ruas apresenta uma correlação negativa com o sucesso das ações. Uma das hipóteses para tal comportamento da variável é o fato confirmado pelos modelos de que, quanto menos perigosa a ação for considerada pelo status quo, mais facilmente ela terá um resultado positivo, e ir às ruas expressa um conflito mais profundo.

Referências Bibliográficas:

ALCÂNTARA, Livia Moreira. Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. **Aurora: Revista de Arte, Mídia e Política**. São Paulo, v. 8, n.23, 2015.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. 258p.

BENNETT, Lance; SEGERBERG, Alexandra. The logic of connective action. Digital media and the personalization of contentious politics. **Information, communication e society**, vol. 15, n 5, p. 739-768, 2012.

BRINGEL, Breno e DOMINGUES, José Maurício. Teoría crítica e movimentos sociais: intersecções, impasses e alternativas. In: Breno Bringel e Maria da Glória Gohn (Orgs.) **Movimentos Sociais na Era Global**. Rio de Janeiro / Petrópolis: Vozes, p. 57-76, 2012

_____. (Eds.) **Global Modernity and Social Contestation**. Londres/California/New Delhi: SAGE, 2015.

BRINGEL, Breno e ECHART, Enara. Dez anos de Seattle. O movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. **Ciências Sociais Unisinos**, vol. 46, n.1, p. 28-36, 2010.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. 2ª ed. São Paulo: Paz e terra, 1999.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução de: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013

GLOBAL DIGITAL ACTIVISM DATASET. Disponível em: www.digital-activism.org

GOHN, M. DA G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47 maio-ago. 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa**. Tradução para o espanhol de Manuel Jiménez Redondo. Madri: Taurus, 1981.

IANNI, O. **A Sociedade Global**. Civilização Brasileira, 1994.

JASPER, James e GARRY, Aidan. Introduction: The Identity Dilemma, Social Movements, and Contested Identity. In: **The identity dilemma: social movements and collective identity**. Temple University Press, 2015.

JOHNSTON, Hank e KLANDERMANS, Bert. (eds.) **Social movements and culture**. Volume 4: Protest & Contention. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2004.

LEMOS, André. Ciber-Cultura-Remix. In: **Seminário de “Sentidos e processos”**, dentro da mostra de Cinético Digital. 2005. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrememos/remix.pdf>. Acesso 8 mai. 2014

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo, Editora 34, 1999.

McCARTHY, John D. e ZALD, Mayer N. **Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory**. *American Journal of Sociology*, Vol. 82, No. 6, 1977.

MELUCCI, A. **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. The Process of Collective Identity. In: JOHNSTON, Hank e KLANDERMANS, Bert. (eds.) **Social movements and culture**. Volume 4: Protest & Contention. Minneapolis, University of Minnesota Press, 2004.

_____. Collective action and Identity. In: DELLA PORTA, Donatella e DIANI, Mario. **Social movements: an introduction**. 2nd ed. Blackwell Publishing,

MONTERDE, A. e TORET, J. 15M: Acontecimiento, emociones colectivas y movimientos en red. **Vanguardia Dossier n/50: El poder de las redes sociales**. Enero-Marzo, 2014.

MONTERDE, Arnau; CALLEJA-LOPEZ, Antonio; AGUILERA, Miguel; BARANDIARAN, Xabier; POSTILL, Josh. Multitudinous identities: a qualitative and network analysis of the 15M collective identity. **Information, Communication & Society**, 18:8, 930-950, 2015.

MATTONI, A. **Repertoires of Communication in Social Movement Processes**. In: Cammaerts, B.; Mattoni, A.; McCurdy, P. (eds.). *Mediation and Protest Movements*, Intellect, Bristol, 2013. Pp. 39-56.

TARROW, Sidney. **Power in Movement**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution**. Ann Arbor, Michigan Addison-

Wesley.1973.

TOURAINÉ, Alain. **Palavra e sangue. Política e sociedade na América Latina**. Campinas: Ed. Unicamp, 1989a.

_____. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos. **Lua Nova**, no 17, junho, pp. 5-18, 1989b.

TRERÉ, Emiliano e GERBAUDO, Paolo. In search of the 'we' of social media activism: introduction to the special issue on social media and protest identities. *Information, Communication & Society*, 18:8, 2015.

UGARTE, David de. **O poder das redes. Manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas chamadas a praticar o ciberativismo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. 116 p.

WRAY, Stefan. **Electronic Civil Disobedience and the World Wide Web of Hacktivism: a mapping of extraparliamentarian direct action net politics**, 1998. Disponível em:<<http://switch.sjsu.edu/web/v4n2/stefan>>. Acesso 04 jan. 2013.

Anexo 1: Descrição das Variáveis

Variáveis categóricas com mais de 2 subníveis:

1. *Iniact* - qual tipo de ator que inicia a ação

Iniact1- indivíduo

Iniact2- redes

Iniact3- estrutura híbrida (organização formal e informal)

Iniact4- organização formal

2. *Cause* - a causa do conflito

Cause1 –

Cause2-

Cause3-

Cause 4-

Cause5-

3. *Targact* - contra qual tipo de ator se dirige a ação:

Targact1- organizações intergovernamentais

Targact2- governo

Targact3- instituições privadas

Targact4- grupo de interesse informal

Targact5- cidadão privado

4. *Nvtype* - qual é o grau de emprego de violência da ação:

Nvtype0 – ação não violenta e não desafiante

Nvtype1 – intervenção pacífica (passeatas, boicotes, ocupações e sentaços)

Nvtype4 – ação violenta

Nvtype55 - outros

5. *Scope* - alcance da ação:

Scope1- local

Scope2- nacional

Scope4- internacional

6. *Duration* - duração da ação:

Duration1- menos do que 1 semana

Duration2- menos do que 1 mês

Duration3- menos do que 1 ano

Duration4- mais do que 1 ano

Duration66 - acontecendo

Variáveis Dummy:

7. *Transpurp* - se há arrecadação de recursos para a ação:

Traspurp0 – não há;

Transpurp 1 – há.

8. *App* - se ação utiliza um ou mais aplicativos:

App1 – Usa apenas 1 aplicativo.

App2 – Usa mais que 1 aplicativo.

9. *Onoff* - se a ação é on e off-line:

Onoff1- a ação é apenas online;

Onoff2: a ação é on e off-line ao mesmo tempo.

10. *Bypurp* - quando a ação fura/ultrapassa a censura:

Bypurp0 – Não

Bypurp1 – Sim

11. *Copurp* - quando a ação tem caráter colaborativo:

Copurp0 – Não

Copurp1 – Sim.

12. *Mobpurp* - quando a ação convoca às ruas:

Mobpurp0 – Não

Mobpurp1 – Sim.

13. *Broadpurp* -quando o objetivo da ação é o compartilhamento:

Broadpurp0 – Não

Broadpurp1 – Sim

14. *Netpurp* -quando a ação objetiva a expansão de redes:

Netpurp0- Não

Netpurp1 – Sim

15. *Violpurp* -quando a ação incita à violência:

Violpurp0-Não

Violpurp1- Sim.